PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Sector Transportes O.R. Lisboa

Três anos depois

O estrondoso falhanço do modelo das PPP e da fundida Infraestruturas de Portugal

1. **Completam-se hoje três anos da entrada em funcionamento da Infraestruturas de Portugal.** O Relatório e Contas de 2017, recentemente tornado público, apesar de toda a engenharia financeira, não consegue esconder o desastroso impacto para o país do modelo das PPP (Parcerias Público-Privadas) e do modelo desta IP que fundiu as empresas públicas REFER e Estradas de Portugal.

2. A IP recebeu em 2017 do Estado Português mais de **1 663 milhões** de euros M€: **880 M€** em aumentos de capital; **68 M€** em Indemnizações Compensatórias (IC); e **685 M€** do ISP (Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos). Viu ainda o Estado Português realizar uma nova moratória sobre a amortização de empréstimos do próprio Estado no espantoso valor de 4 129 milhões de euros (isto é, o Estado, para compor as contas, adiou o reembolso de empréstimos). **E com esta quantidade impressionante de recursos e apoios públicos, a IP realizou apenas 84 M€ de investimento nas redes ferroviária e rodoviária do país**, quando, entre 2002 e 2011, por exemplo, só o investimento ferroviário realizado através da REFER foi, em média, de 331M€!!

3. Continuou assim a política perdulária apesar das sucessivas promessas e planos (PETI3, Ferrovia 2020, etc.), que criam nos mais distraídos a ilusão de um pujante investimento público no sector. Como a IP também baixou as despesas com remunerações (as remunerações do pessoal caíram de 105 para 101 M€) e mantém as despesas com a manutenção da infraestrutura em níveis muito baixos (não ultrapassando os 200 M€, essencialmente em subcontratações), salta à vista a questão: **mas então, para onde estão a ser desviados os recursos públicos?**

4. E a resposta continua a ser a mesma dos últimos muitos anos: **o grosso das verbas estão a ser desviadas para pagar as PPP rodoviárias**, e isto apesar das centenas de milhões de euros que são pagos directamente pelos utilizadores em portagens. A IP em 2017 teve de suportar **1 177 M€ de custos com as PPP**, custos que só não foram maiores porque adiou o cumprimento de decisões de *«reequilíbrio financeiro das concessões»* já decretadas por *«tribunais»* arbitrais e adiou as obras de manutenção transferidas dos concessionários para a responsabilidade da IP nas últimas renegociações de contratos.

5. A administração da IP e o Governo, perante este desastre, e demonstrando que o pior cego é aquele que não quer ver, estão a fazer a festa apresentando **os resultados líquidos** da empresa como a demonstração da sua viabilidade e pujança. Uns resultados líquidos completamente artificiais, que resultam no essencial das injecções de capital, das sucessivas moratórias sobre a dívida e do congelamento do investimento e manutenção.

6. **O PCP reafirma a necessidade de reverter a fusão da Estradas de Portugal e da REFER**, bem como de **reverter o processo de esvaziamento destas empresas** que ao longo de anos sucessivos de política de direita foram transferindo Saber, Competência e Equipamentos para os

grandes grupos económicos, passando depois a adquirir serviços que antes asseguravam internamente e isto com custos cada vez maiores para o erário público, colocando o Estado na dependência da banca, dos grandes grupos da construção civil e obras públicas (crescentemente, estrangeiros), que monopolizam e cartelizam o sector, e deixando as empresas públicas reduzidas à condição de gestoras de empreitadas, de concessões, de subcontratações e de dívidas.

7. **O PCP reafirma a necessidade de dissolver os processos das PPP e de abandonar definitivamente um modelo** que hipotecou o futuro do país para alimentar a gula de meia dúzia de grupos monopolistas.

8. O PCP alerta os trabalhadores e os utentes para que também nesta matéria **o actual governo se mostra sem vontade de romper com o caminho da política de direita**. Não só nunca quis nestes três anos reverter o processo de fusão EP-REFER, como nunca ousou questionar os contratos PPP, como ainda dá cada vez mais o sinal de querer intensificar o caminho da política de direita, de que são exemplo os processos de renegociação do contrato da PPP da FERTAGUS (para o prolongar e perdoar dívidas à Barraqueiro) e da anunciada privatização dos Terminais de Mercadorias da IP.

9. **Para o PCP o futuro de Portugal exige necessariamente uma ruptura com a política de direita** e o desenvolvimento de uma política patriótica e de esquerda que traga os valores de Abril para o futuro de Portugal. **Só a luta dos trabalhadores e o reforço do PCP poderão tornar possível esse futuro.**

1 de Junho de 2018

Executivo do Sector dos Transportes
Organização Regional de Lisboa
Partido Comunista Português